



Flash 2, COVID-19

MORREMOS DO VÍRUS OU MORREMOS DE FOME? NECESSIDADE DE GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO

João Feijó

Desde Dezembro de 2019, o alastramento do coronavírus pelo globo terrestre foi exercendo um profundo impacto na economia mundial e, em Moçambique, não foi excepção. Ao longo deste texto pretendem-se apresentar os sectores económicos mais prejudicados pelo COVID19, destacando aqueles que estão a beneficiar da pandemia mundial. Num segundo momento, pretende-se explicar o impacto que poderá ter a pandemia sobre o emprego, a insegurança alimentar e a instabilidade social. Por fim, apresentam-se algumas medidas com vista a garantir a segurança alimentar das populações urbanas.

1) OS GRANDES PREJUDICADOS PELA PANDEMIA MUNDIAL

TURISMO E TRANSPORTE: Em resultado da restrição de movimentos populacionais entre países, um dos impactos mais imediatos do coronavírus incidiu sobre as companhias aéreas, agências de viagens, operadores turísticos, hotelaria e restauração. Mais recentemente, a declaração de Estado de Emergência desencadeou o encerramento de espaços de diversão e barracas de vendas de bebidas alcoólicas, negócio que sustenta dezenas de milhares de famílias nos centros urbanos. Restaurantes da cidade de Maputo já encerrados e, os que se mantêm em funcionamento, enfrentam aumentos dos preços das mercadorias e diminuição significativa da facturação. A proibição de reuniões com mais de 10 pessoas significou o cancelamento de todo o negócio de conferências, seminários e workshops. Marcado pela sazonalidade, o cancelamento das reservas nas férias da Páscoa já está a ter impactos financeiros significativos sobre os operadores turísticos em Moçambique. De acordo com a Federação Moçambicana de Turismo, 60% das instâncias turísticas já estão encerradas, com perdas financeiras na ordem dos 65% no mês de Março, estando em risco mais de 65.000 postos de trabalho. A limitação do número de passageiros nos transportes colectivos retirou a rentabilidade ao negócio, traduzindo-se na paralisação de muitos operadores.

SECTOR DA EDUCAÇÃO: As medidas de encerramento de todas as modalidades de ensino presencial tiveram um impacto sobre o sector da educação. Centenas de estabelecimentos privados, entre creches, escolas primárias, secundárias, ensino técnico-profissional e estabelecimentos de ensino superior, que floresceram nos últimos anos nos principais centros urbanos, já sentem uma diminuição drástica no volume das propinas e mensalidades. Alguns estabelecimentos de ensino improvisam, de forma desorganizada, formas de ensino à distância, sem que o corpo docente e discente esteja preparado. Milhares de profissionais no sector da educação têm os seus empregos em risco.

COMÉRCIO DE PRODUTOS NÃO ALIMENTARES: Nas artérias da cidade de Maputo ou nos centros comerciais da capital, é observável o encerramento repentino de inúmeras lojas, desde vestuário, acessórios de telemóveis ou peças de automóvel, mobiliário ou livrarias. Já é perceptível uma clara diminuição do número de vendedores informais nas ruas de Maputo, em resultado não só das medidas do município, mas também da drástica diminuição do movimento de pessoas e da respectiva procura.

MERCADO IMOBILIÁRIO E DE CONSTRUÇÃO: O encerramento do comércio reflecte-se no mercado de arrendamento, com empresários a negociarem com os senhorios reduções no valor das rendas. O sentimento de incerteza tem impacto negativo no sector da construção, ainda não recomposto dos efeitos da bolha imobiliária anterior. Uma parte do sector imobiliário está também afectado pela saída temporária de estrangeiros e embaixadas ou organizações internacionais, etc.

INDÚSTRIA EXTRACTIVA: A descida dos preços de matérias-primas, particularmente do gás natural, poderá ter impactos no adiamento de investimentos em Cabo Delgado, na tão propalada criação de empregos e de receitas para o Estado. Contudo, a descida do preço do petróleo pode reduzir o custo de importações, significando menos gastos em divisas e possibilidade de constituição de reservas do Estado.

Em suma, as empresas enfrentam enormes dificuldades de manutenção dos postos de trabalho. Particularmente no sector da restauração constata-se estratégias de envio de trabalhadores para férias, de redução salarial por mútuo acordo e de despedimentos. As pequenas e médias empresas terão imensas dificuldades de cumprir os seus compromissos fiscais, adivinhando-se um revés para um Estado já endividado, diminuindo ainda mais a sua capacidade de apoio ao sector privado e às famílias. Com as elevadas taxas de juro que se praticam no mercado, o acesso à banca será impraticável.

2) CRISE É OPORTUNIDADE: QUEM GANHA COM A PANDEMIA

Se grande parte dos sectores económicos estão em dificuldade, outros encontram uma oportunidade nesta crise, nomeadamente:

SECTOR DA SAÚDE: Assiste-se a um aumento do movimento nas farmácias e a rupturas de stocks de produtos como álcool e desinfectantes, máscaras, vitaminas ou paracetamol. A inspecção do INAE relata situações de aumento exagerado de preços. Clínicas privadas anunciam serviços de saúde e diárias de internamento extremamente elevadas.

AGRO-PECUÁRIA: Em resultado do aumento da procura, do encerramento do comércio transfronteiriço para operadores informais e conseqüente aumento dos preços dos bens alimentares por escassez de oferta, a subida dos preços e nas *farms* sul-africanas, abre-se uma oportunidade para os produtores nacionais.

COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES: Numa situação de lock down, e contrariamente à esmagadora maioria do comércio, a venda de produtos alimentares permanecerá activa, ainda que com restrições. Tal como no sector da saúde, assiste-se à subida de preços, num primeiro momento, de produtos importados.

PROVEDORES DE SERVIÇOS DE INTERNET: A proibição de contactos presenciais está a ser substituída por interações virtuais, pelo que se espera que as operadoras de internet experimentem um aumento de tráfego e da facturação. A situação cria oportunidades para a concepção e venda de softwares de compras online, entre outros aplicativos.

3) AUMENTO DA POBREZA, DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E DOS CIDADÃOS

Até ao final do primeiro semestre de 2020, a enorme fragilidade do sector empresarial vai-se reflectir num aumento drástico do número de desempregados. Se nos meios rurais, o desemprego (particularmente nos sectores de hotelaria e restauração) pode ser atenuado pela pluriactividade familiar ao nível da agricultura (e não só), nos centros urbanos esperam-se situações de penúria. Sem acesso a rendimentos ou a subsídios de desemprego, com poucas ou nulas poupanças e num cenário de aumento dos preços, a população urbana mais pobre estará bastante vulnerável à fome. A situação poderá agravar-se num cenário de implementação de restrições à exportação de produtos alimentares, se as economias exportadoras se sentirem, também elas, afectadas.

A pobreza e insegurança alimentar aumentarão o risco de insegurança pública, incluindo a ocorrência de tumultos, estando particularmente vulneráveis os armazéns de produtos alimentares e veículos de transporte de alimentos. Os motins urbanos de 2008 e de 2010

em Maputo (provocados pelo aumento do custo do transporte, do pão ou da energia) ou os motins verificados em vários pontos da província de Sofala, após o ciclone IDAI, em torno do acesso a produtos alimentares, constituem experiências inseridas na memória colectiva, que se poderão repetir.

4) O DESAFIO DE GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR – ALGUMAS SUGESTÕES:

Pela primeira vez em décadas, Moçambique poderá enfrentar uma crise alimentar sem poder contar com o apoio massivo das agências das Nações Unidas, de outras organizações internacionais e da cooperação. Torna-se fundamental que o país encontre soluções internas abrangentes, que envolvam um leque alargado de actores, desde o Estado, o sector privado e os pequenos produtores, os parceiros da cooperação, as organizações da sociedade civil e as classes médias locais, por exemplo ao nível de:

- a) Identificação de culturas de segunda época, da produção de animais e pequena espécie e apoios (em crédito com taxas de juro inferiores às do mercado, meios de transporte, abertura de poços de água, disponibilização no mercado de moto e electrobombas) a pequenos e médios produtores agrícolas e pecuários comerciais em zonas próximas de centros urbanos.
- b) Importação de insumos e de pequenos equipamentos para a agricultura, fomentando mercados de sementes, de pintos de dia e fertilizantes;
- c) Revitalização da agricultura urbana, incrementando a produção agro-pecuária nas zonas verdes e baixas da cidade, incluindo nos quintais, distribuindo kits com insumos;
- d) Mobilização dos produtores para recuperação (limpeza de valas de drenagem) e constituição de regadios;
- e) Fomento e apoio imediato de actividades pesqueiras;
- f) Aquisição e constituição de reservas por parte do Estado, das empresas importadoras e agro-industriais, de bens alimentares, para posterior distribuição pelas populações, a preços subsidiados. Importa negociar com os comerciantes de bens de consumo essenciais e com as grandes agro-indústrias de trigo, arroz e milho, a importação, constituição de reservas e os custos adicionais dos stocks;
- g) Importação e venda de camiões de pequena tonelagem para distribuição de bens agrícolas das zonas verdes;
- h) Flexibilização e negociação com a África do Sul para facilitar o acesso ao comércio de bens alimentares, por parte de pequenos operadores informais, com vista a garantir um maior equilíbrio do lado da oferta de bens alimentares.
- i) Criação atempada de sistemas de distribuição alimentar, identificando populações carenciadas e criando senhas de acesso a produtos;
- j) Subsidiar o sector dos transportes de passageiros, fundamental para o funcionamento da economia, incluindo produção, distribuição e consumo alimentar.

- k) Considerando os escassos recursos do orçamento do Estado e a necessidade de intervenções excepcionais do Estado na economia e os altos custos inerentes, parece ser fundamental injectar moeda no mercado de forma controlado por canais do Estado ou de empresas com capacidade de gestão, e a redução das reservas em divisas para as importações excepcionais. A emissão de moeda ajudará a financiar e subsidiar sectores económicos essenciais no contexto da crise, nomeadamente agricultura, agro-indústria, transportes e saúde. Com vista a controlar a inflação, que teria consequências fatais para os mais pobres, a emissão de moeda e a alocação do crédito deverá estar concentrada nos actores prioritários no contexto actual.

Maputo, 8 de Abril de 2020